

中国社会科学院创新工程学术出版资助项目



拉美研究丛书
Latin American Studies Series

2013年拉丁美洲和加勒比专题报告

跨越中等收入陷阱： 巴西的经验教训

Surmounting the Middle Income Trap:
the Main Issues for Brazil

[巴西] 费尔南多·奥古斯都·阿德奥达托·韦洛索
Fernando Augusto Adeodato Veloso
主编：
[巴西] 莉亚·瓦尔斯·佩雷拉 Lia Valls Pereira
[中国] 郑秉文 Zheng Bingwen

经济管理出版社
ECONOMY & MANAGEMENT PUBLISHING HOUSE

2013年拉丁美洲和加勒比专题报告

跨越中等收入陷阱： 巴西的经验教训

Surmounting the Middle Income Trap:
the Main Issues for Brazil

[巴西] 费尔南多·奥古斯都·阿德奥达托·韦洛索
Fernando Augusto Adeodato Veloso
主编：
[巴西] 莉亚·瓦尔斯·佩雷拉 Lia Valls Pereira
[中国] 郑秉文 Zheng Bingwen

图书在版编目 (CIP) 数据

跨越中等收入陷阱：巴西的经验教训/(巴西) 韦洛索, (巴西) 佩雷拉, (中国) 郑秉文主编. —北京：经济管理出版社，2013.4

ISBN 978-7-5096-2420-3

I. ①跨… II. ①韦… ②佩… ③郑… III. ①经济发展—研究—巴西 IV. ①F177.7

中国版本图书馆 CIP 数据核字 (2013) 第 076042 号

组稿编辑：璐 栖

责任编辑：魏晨红

责任印制：杨国强

责任校对：陈 颖

出版发行：经济管理出版社

(北京市海淀区北蜂窝 8 号中雅大厦 A 座 11 层 100038)

网 址：www. E-mp. com. cn

电 话：(010) 51915602

印 刷：三河市延风印装厂

经 销：新华书店

开 本：720mm × 1000mm/16

印 张：35.5

字 数：596 千字

版 次：2013 年 4 月第 1 版 2013 年 4 月第 1 次印刷

书 号：ISBN 978-7-5096-2420-3

定 价：128.00 元

·版权所有 翻印必究·

凡购本社图书，如有印装错误，由本社读者服务部负责调换。

联系地址：北京阜外月坛北小街 2 号

电话：(010) 68022974 邮编：100836

《拉美研究丛书》编委会名单

名誉主编：成思危

顾问（按姓氏笔画为序）：

苏振兴 李北海 李金章 陈凤翔 洪国起
原 焘 蒋光化 裘援平 蔡 武

主 编：郑秉文

编 委（按姓氏笔画为序）：

王 华 王宏强 王晓德 刘纪新 刘承军
杨万明 吴白乙 吴志华 吴国平 吴洪英
沈 安 宋晓平 张 凡 陈笃庆 林被甸
郑秉文 赵雪梅 贺双荣 袁东振 柴 瑜
徐世澄 徐迎真 康学同 曾 钢 韩 琦

学术秘书：刘东山

总 序

拉美和加勒比地区共有 33 个国家，总人口 5 亿多，经济总量高达 1.8 万亿美元，在世界政治和经济中发挥着越来越重要的作用。中国与拉美和加勒比地区虽然相距遥远，但友好交往源远流长，在政治、经济、文化等方面的交流与合作具有广阔的发展前景。拉美和加勒比地区是我国实施和平外交政策的重要对象，也是共同构筑和谐世界的重要伙伴。

我国历代领导人都十分重视发展拉美和加勒比地区国家的关系。早在 1988 年，邓小平以其深邃的战略家的眼光，对世界发展前景作出了这样的预言：“人们常讲 21 世纪是太平洋时代……我坚信，那时也会出现一个拉美时代。我希望太平洋时代、大西洋时代和拉美时代同时出现。”他还指出：“中国的政策是要同拉美国家建立和发展良好的关系，使中拉关系成为南南合作的范例。”2004 年，胡锦涛总书记提出了要从战略高度认识拉美的重要指示。2004 年 11 月 12 日，胡锦涛主席在巴西国会作演讲时指出，中拉关系在不远的将来能够实现如下发展目标：①政治上相互支持，成为可信赖的全天候朋友。②经济上优势互补，成为在新的起点上互利共赢的合作伙伴。③文化上密切交流，成为不同文明积极对话的典范。

我国与拉丁美洲和加勒比地区国家在争取民族解放、捍卫国家独立、建设自己国家的事业中有着相似的经历，双方在许多重大国际问题上有着相同或相似的立场。我国高度重视拉美在维护世界和平、促进共同发展方面所发挥的积极作用；越来越多的拉美国家领导人也认识到我国的重要性，对与我国的交往及合作持积极态度。

作为中国—拉丁美洲友好协会的会长，我非常高兴地看到近年来中拉关系发展迅速。许多拉美国家的国家元首、政府首脑纷纷到中国来访问，中国国家领导人也曾多次访问拉美。特别是 2004 年 11 月胡锦涛主席访问了阿根廷、巴西、智

利和古巴四国；2005年1月曾庆红副主席又访问了墨西哥、秘鲁、委内瑞拉、特立尼达和多巴哥以及牙买加。至今，我国与委内瑞拉建立了“共同发展的战略伙伴关系”，与巴西、墨西哥和阿根廷建立了“战略伙伴关系”，与智利建立了“全面合作伙伴关系”。我国全国人大与许多拉美国家的议会都保持着较密切的交往，我国现在已经成为美洲国家组织和拉美议会的观察员，和里约集团、安第斯共同体、加勒比共同体、南方共同市场都有联系。中国与拉美国家在经贸领域中的合作也已全面展开。在1993~2003年的10年中，中拉贸易额增长了近6倍。2005年，中拉贸易额首次超过500亿美元。

中国社会科学院拉丁美洲研究所是国内唯一专门从事拉丁美洲研究的科研机构，成立于1961年。长期以来，该所科研人员完成了大量科研成果，为党和国家的决策作出了一定的贡献。从2006年开始，他们计划在这些研究成果的基础上，出版一套“拉美研究丛书”，以满足我国外交部门、企业界、高等院校、科研机构、媒体以及公众对拉美知识的需求。我深愿这套丛书的出版将会增进我国各界对拉美的了解，也将对促进我国和拉美及加勒比地区的友谊及合作作出应有的贡献。

成思危

2006年5月2日

Foreword

Brasil e China, incluídos no grupo dos Brics (que conta ainda com Rússia, Índia e, dependendo do critério, África do Sul), são dois países emergentes que chamam a atenção tanto pelo que têm em comum, o que não é muito, quanto por suas marcantes diferenças. A principal semelhança é o fato de serem duas grandes economias—a China, evidentemente, maior. São, de fato, dois atores relevantes na geopolítica global, que não podem ser ignorados por empresas, governos e instituições em geral, quando se pensa em uma estratégia global.

As diferenças entre Brasil e China, por outro lado, são inúmeras. De um lado, está um país latino-americano, de raízes europeias, africanas e ameríndias, com uma história de cinco séculos, e hoje uma democracia em pleno funcionamento, com todas as liberdades, ruídos e dificuldades típicas de um país onde o poder se exerce com muitas limitações e contrapesos. Do outro, uma civilização oriental milenar, que passou pela experiência do socialismo real, com a economia centralmente planejada, mas cujo partido único introduziu mecanismos capitalistas e de mercado que levaram ao mais impressionante surto de crescimento da história humana.

A parceria entre o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) e o Instituto de Estudos da América Latina da Academia de Ciências Sociais da China (ILAS/CASS) é uma aposta em que a experiência de cada um dos países possa trazer novas reflexões que ajudem nas proposições de caminhos para os desafios do outro. É evidente que isso não se traduz na aplicação mecânica das soluções do parceiro, uma vez que China e Brasil são países com modelos socioeconômicos e políticos muito diferentes. Mas, talvez, até por se situarem algumas vezes em polos opostos, as duas nações podem se olhar mutuamente para avaliar até que ponto podem corrigir os excessos dos seus respectivos modelos.

O Brasil, em particular, pode extrair dessa relação o entendimento de como a China conseguiu se transformar numa plataforma de exportação diversificada. Evidentemente, muitos aspectos do modelo chinês são inimitáveis, a começar pelas suas altíssimas taxas de poupança e investimento. Ainda assim, seria interessante compreender como o país executa suas iniciativas de política industrial voltadas à exportação, que necessariamente envolvem a escolha de setores a beneficiar.

Esse é um tema delicado no Brasil, onde a experiência passada com políticas industriais mais voltadas à substituição de importações, apesar de terem contribuído para industrializar o país, fazem parte das causas dos desequilíbrios econômicos que levaram à longa fase de baixo crescimento a partir do início dos anos 80. É claro que o sistema politicamente centralizado da China favorece a tomada de decisões, mas, dado o sucesso na diversificação industrial e da pauta exportadora, é de se supor que haja uma burocracia atuante e bem organizada na condução da política industrial, e que as escolhas setoriais tenham uma séria base técnica. O Brasil, que volta a experimentar o fomento a setores específicos, teria bastante a aprender com a experiência chinesa.

Outra área em que a China claramente aponta caminhos interessantes é o do investimento em infraestrutura. O país assombra o mundo com a velocidade fantástica com que vem construindo rodovias, ferrovias, portos, barragens, redes de telecomunicação, residências e até cidades quase que inteiramente novas. Em contraste, o Brasil tem grande dificuldade para deslanchar seus projetos de infraestrutura, como fica claro na lenta implementação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e nas idas e vindas no desenho do arcabouço institucional das concessões à iniciativa privada.

Como no caso da política industrial, seria ingênuo imaginar que a experiência chinesa possa ser automaticamente transplantada para o ambiente brasileiro. Neste último, temas como a proteção ao meio ambiente, o combate à atuação de grupos organizados que não gostariam de ver seus interesses contrariados ou os direitos de populações mal assistidas, altamente sensíveis, mas sem que se tenha sedimentado ainda uma institucionalidade que racionalmente os leve em consideração. Desta forma,

a acomodação destes direitos e interesses muitas vezes se faz ao custo de atrasar fortemente ou mesmo impedir a execução dos grandes projetos de infraestrutura. Ainda assim, é provável que a China tenha o que sugerir ao Brasil nesta área, novamente em termos da capacitação das estruturas burocráticas para formular e executar volumosos investimentos de longo prazo.

Mas não é só o Brasil que pode aprender com seu parceiro oriental. Os chineses também têm muito a ganhar com o exame do modelo de inclusão social brasileiro. O seu sucesso se manifesta no alto grau de aprovação popular aos últimos governos. Estes, beneficiados pelo fim da fase de instabilidade econômica que consumia toda a energia política das autoridades num momento anterior, puderam se dedicar de forma mais ampla a políticas de distribuição de renda e voltadas para a reparação do complexo quadro de injustiças acumulado ao longo da história brasileira.

A China vive hoje precisamente o momento da sua evolução institucional em que o estabelecimento de uma rede de seguridade e proteção social parece fazer sentido tanto do ponto de vista político como econômico.

Dessa forma, especialmente no que condiz à Previdência e aos programas de transferência, o Brasil deve ser um caso muito interessante para as autoridades chinesas. Em termos previdenciários, o Brasil com certeza tem um dos sistemas mais amplos e generosos do mundo emergente. As transferências de renda, por outro lado, principalmente no caso do Bolsa-Família, são um exemplo mundial de sucesso, em termos de eficiência e de focalização no público alvo. Por outro lado, a experiência brasileira pode mostrar aos chineses o *trade-off* entre inclusão e crescimento acelerado, que certamente é muito menor do que se acreditava na época do nosso milagre econômico, mas nem por isso inexistente.

De forma geral, o amplo movimento de inclusão social e de reconhecimento de direitos a partir da Constituição de 1988 fornece à China um exemplo de como, para além do crescimento econômico, a estabilidade política também se apoia fortemente na capacidade de as autoridades reagirem às demandas por justiça de boa parte da sociedade. Neste sentido, o Brasil pós-redemocratização é um mapa riquíssimo das interações entre inclusão, economia e política.

Fica claro, portanto, que Brasil e China têm muito a ganhar com o aprofundamento das suas relações, não só em termos de comércio e investimentos, mas também do conhecimento e da troca de experiências. Este livro terá cumprido a sua função se for um primeiro passo nesta direção, a ser seguido, com certeza, de muitas outras iniciativas por parte não só do Ibre/FGV e do ILAS/CASS, mas de todos os que enxergam o rico potencial da parceria sino-brasileira.

Com o intuito de aprofundar estas reflexões, o grande tema subjacente a todos os artigos do livro é a chamada “armadilha da renda média”, caracterizada pelo fato de que há muito mais transições de países da pobreza para o estágio intermediário de desenvolvimento do que deste para o nível das nações mais adiantadas. Este é um tema muito polêmico, e mesmo a ideia de que haja de fato “uma armadilha da renda média” é contestada por alguns autores. De qualquer forma, no caso de China e Brasil, que estão neste estágio e ambicionam galgar ao nível do Primeiro Mundo como afirmação definitiva do seu protagonismo na cena global, o desafio do salto do escalão intermediário para o pelotão da frente é um ótimo ponto de partida para a discussão e a análise.

Na parte brasileira, que cabe ao Ibre/FGV, cada um dos 13 capítulos—produzidos por um ou mais autores—dedicou-se a um tópico específico, como educação, meio-ambiente, desigualdade, Previdência, inovação, poupança, sistema financeiro, etc. A ideia é apontar como cada um desses desafios e questões vêm sendo abordados na presente realidade brasileira, e, sob a ótica econômica, formular algumas recomendações sobre os caminhos a trilhar. Nem todas as propostas seriam implementáveis a curto e médio prazo, mas com certeza deveriam estar no radar dos formuladores de políticas públicas, como possibilidades para o futuro.

O livro conta também com uma segunda parte, editada pelo Prof. Zheng Bingwen, composta de 7 capítulos que apresentam a visão de pesquisadores do ILAS/CASS sobre aspectos relevantes da experiência brasileira de desenvolvimento.

Luiz Guilherme Schymura

Diretor do IBRE/FGV

April 1^a, 2013

Introduction I The Brazilian Perspective on the Middle Income Trap^①

No período do pós-guerra, muitos países foram capazes de atingir um nível de renda média, mas poucos tiveram sucesso em completar a transição para o grupo de países desenvolvidos.^② De fato, após um período inicial de rápida expansão, muitos países tiveram uma forte desaceleração do crescimento ao atingir um patamar de renda média, caracterizando o que tem sido chamado de “armadilha da renda média”.^③ Segundo World Bank (2012), de um total de 101 países de renda média em 1960, somente 13 tornaram-se economias de renda alta em 2008.^④ Dentre os países que não tiveram sucesso em ultrapassar o nível de renda média, incluem-se várias nações do Oriente Médio e da América Latina, incluindo o Brasil.

O termo “armadilha da renda média” é controverso e tem significados distintos para diferentes pesquisadores.^⑤ Em particular, não é claro que seja um fenômeno específico de países de renda média ou que se trata de uma armadilha. De fato, evidências empíricas indicam que episódios de desaceleração ou colapso do

① Agradecemos a Luiza Niemeyer pela sua excelente colaboração na edição deste livro.

② Os países de renda média são definidos de acordo com a classificação do Banco Mundial por nível de renda, disponível em <http://data.worldbank.org/about/country-classifications>.

③ O termo “armadilha da renda média” aparentemente foi usado pela primeira vez em Gill e Kharas (2007).

④ Guiné Equatorial, Grécia, Hong Kong, Irlanda, Israel, Japão, Ilhas Maurício, Portugal, Porto Rico, Coreia do Sul, Cingapura, Espanha e Taiwan.

⑤ Kharas e Kohli (2011) apresentam uma discussão do conceito de armadilha da renda média e de suas implicações de política econômica.

crescimento ocorrem em diferentes estágios do desenvolvimento.^① Mesmo quando nos restringimos ao patamar de renda média, um estudo recente de Eichengreen et al. (2013) encontra que desacelerações do crescimento tendem a ocorrer em duas faixas de renda per capita, medida em dólares constantes segundo a paridade de poder de compra: a primeira em torno de \$10.000 – \$11.000 e a segunda na faixa de \$15.000–\$16.000. Além disso, conforme mencionado acima, existem exemplos de países de renda média que tiveram êxito em tornarem-se economias desenvolvidas nas últimas décadas, como a Coreia do Sul.

De qualquer forma, existem evidências de que a transição de um patamar de renda média para o nível de renda alta coloca grandes desafios para muitos países, como o Brasil e a América Latina de modo geral. Neste capítulo usaremos o termo “armadilha da renda média” para designar a desaceleração do crescimento observada em vários países que atingiram o nível de renda média.

Uma explicação comum para a desaceleração do crescimento quando os países atingem um nível de renda média pode ser resumida da seguinte forma. Nos estágios iniciais de desenvolvimento, os países podem obter ganhos elevados de produtividade transferindo trabalhadores de setores menos produtivos, como a agricultura tradicional, para setores mais produtivos, como a indústria. Como esses países encontram-se distantes da fronteira tecnológica, eles podem acelerar esse processo de transformação estrutural através da adoção de tecnologias importadas das economias desenvolvidas. Ao longo desse processo de transição para a renda média, os países podem competir em mercados internacionais exportando produtos intensivos em mão-de-obra.

No entanto, na medida em que esses países se aproximam de um nível de renda média, os fatores responsáveis pelo crescimento no estágio inicial começam a se esgotar. Em particular, o estoque de trabalhadores subempregados no meio rural se esgota e os salários passam a se elevar, reduzindo a competitividade de bens intensivos em mão-de-obra. Os ganhos de produtividade associados à realocação de

① Ver Rodrik (1999) e Pritchett (2000).

recursos entre setores e à adoção de tecnologias importadas também tendem a diminuir, e o crescimento passa a depender cada vez mais de aumentos de produtividade dentro dos setores, em particular no setor de serviços, que torna-se progressivamente preponderante na produção e emprego total. Neste estágio, o país deve passar da etapa de importador de tecnologias para a de criador de tecnologias.

As desacelerações de crescimento de países de renda média estão, segundo essa interpretação, associadas à dificuldade de fazer a transição para um novo modelo de desenvolvimento que adapte a economia e suas instituições às novas oportunidades e desafios que se colocam.^① Segundo Eichengreen et al. (2013), essas desacelerações são menos prováveis em países onde uma parcela elevada da população possui nível elevado de escolaridade e produtos intensivos em tecnologia representam uma parcela expressiva das exportações. Agenor e Canuto (2012) argumentam que a armadilha da renda média pode ser evitada através da adoção de políticas públicas bem desenhadas, que incluem investimentos em infraestrutura, melhoria da proteção aos direitos de propriedade, flexibilização do mercado de trabalho e maior abertura ao comércio exterior. Kharas e Kohli (2011) enfatizam que a natureza da intervenção do Estado na economia também precisa mudar. Em particular, ela precisa tornar-se mais descentralizada para fazer frente às necessidades de economias mais complexas, e o setor público deve ser capaz de implementar uma regulação eficiente da atividade econômica e interagir de forma produtiva com o setor privado.

O objetivo deste livro é ressaltar os obstáculos enfrentados pelo Brasil em fazer a transição para o grupo de países desenvolvidos e indicar alternativas de política econômica e reformas institucionais para que o país tenha sucesso em completar esse processo. A seguir, resumiremos as principais mensagens de cada capítulo do livro. Concluiremos este texto fazendo uma breve tentativa de relacionar as evidências documentadas nos capítulos com a discussão da armadilha da renda média no caso

① Eichengreen et al. (2011) mostram que 85% das desacelerações de crescimento podem ser explicadas por uma queda da taxa de crescimento da produtividade total dos fatores. Nesse sentido, esses episódios não decorrem simplesmente da redução da produtividade marginal do capital físico, como implicaria uma dinâmica de transição no modelo neoclássico.

brasileiro.

O capítulo inicial de Regis Bonelli apresenta uma análise do desenvolvimento econômico brasileiro em uma perspectiva de longo prazo e introduz vários temas que serão explorados em mais detalhes nos capítulos seguintes. A economia brasileira cresceu a taxas muito elevadas durante a maior parte do século XX, especialmente nas cinco décadas que se iniciam em 1930. Este período caracterizou-se por uma profunda transformação estrutural, na qual a industrialização teve um papel crucial no desempenho agregado. Outra característica marcante deste período foi a forte intervenção do Estado na atividade econômica e o baixo grau de abertura ao exterior, associado ao modelo de substituição de importações. Sob o ponto de vista macroeconômico, foi um período caracterizado por surtos periódicos de inflação e crises crônicas do balanço de pagamentos. A partir de 1980 houve forte queda do crescimento, que persistiu mesmo após a estabilização alcançada com o Plano Real em 1994 e as reformas da década de 1990. Apesar de ter havido uma aceleração do crescimento no quinquênio 2004–2008, existem evidências de que ela pode não ser sustentável, como indica o baixo crescimento médio nos últimos anos.

Segundo Bonelli, as deficiências geradas pelo modelo estatizante e fechado do período até 1980 condicionaram fortemente o comportamento da economia nas décadas seguintes. A perda de dinamismo da economia brasileira está associada às consequências do modelo anterior e às dificuldades de superá-lo completamente, apesar das reformas. O autor argumenta que a elevação do crescimento da economia brasileira nos próximos anos dependerá de reformas que promovam um rápido aumento na produtividade, através da elevação do investimento e da inovação, e uma ênfase na educação de qualidade. Também é necessário colocar limites ao aumento da carga tributária e elevar o investimento público e privado em infraestrutura. A elevação da produtividade será cada vez mais importante no futuro, já que as mudanças demográficas que ocorrerão nas próximas décadas exercerão pressão crescente sobre os gastos com seguridade social e saúde, além de redução da oferta de trabalho e possivelmente da poupança.

Os capítulos seguintes exploram vários temas relevantes para a experiência

brasileira de desenvolvimento. Mauricio Canêdo Pinheiro analisa o papel da inovação. O Brasil conseguiu crescer rapidamente durante várias décadas devido, em grande medida, à adoção de tecnologias dos países desenvolvidos, ao baixo custo da mão de obra e à transformação estrutural, associada à realocação de fatores de produção para setores relativamente mais produtivos, especialmente a indústria. No entanto, esses canais de crescimento tornaram-se progressivamente menos importantes, e o Brasil ainda não teve sucesso em gerar inovações na escala necessária para assegurar elevações sustentadas de produtividade.

Embora o investimento em P&D do Brasil como proporção do PIB seja superior ao de países de renda similar e mesmo próximo de alguns países desenvolvidos, ele não tem se traduzido em elevado número de patentes e outras medidas da atividade inovadora. Isso resulta de vários fatores, em particular do fato de que, ao contrário dos países bem-sucedidos em inovação, as empresas brasileiras são responsáveis por uma parcela pequena do total das despesas de P&D do país. Nesse sentido, é necessário estimular o investimento em inovação das empresas. O autor argumenta que é preciso aumentar a exposição das empresas brasileiras à competição internacional e reduzir a burocracia no acesso aos recursos de inovação, especialmente para as empresas de menor porte. Além disso, é necessário elevar a qualificação da força de trabalho, o que remete ao tema do capítulo seguinte.

Fernando de Holanda Barbosa Filho e Rodrigo Leandro de Moura analisam o papel da educação no desenvolvimento do Brasil, fazendo comparações com países que tiveram sucesso em tornar-se desenvolvidos e países que não foram bem-sucedidos em fazer a transição para o patamar de renda alta. Os autores mostram que os indicadores educacionais brasileiros avançaram pouco durante o período de crescimento elevado. Isso dificultou a capacidade da economia de absorver novas tecnologias, o que pode ter contribuído para a queda do crescimento nas décadas que se seguiram. Além disso, os gastos públicos em educação no Brasil eram baixos e tiveram ênfase no ensino superior em detrimento da educação de nível primário e secundário. De acordo com estudos citados no texto, países distantes da fronteira tecnológica, como o Brasil, devem investir prioritariamente na educação básica, de

modo a estimular a adoção de tecnologias de países desenvolvidos. Isso é confirmado pela experiência de sucesso dos Tigres Asiáticos (Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul), que universalizaram o acesso ao ensino primário e secundário antes de incentivar o acesso ao ensino superior.

A partir da década de 1980, e especialmente desde meados da década de 1990, o gasto público em educação no Brasil elevou-se de forma significativa e foi direcionado principalmente para a educação básica. Também foi criado um sistema de avaliação da educação básica, que estabeleceu metas de desempenho para as escolas públicas. Nesse período, ocorreram avanços importantes nos indicadores de escolaridade do país. Houve uma elevação significativa da escolaridade média da população e foi universalizado o acesso ao ensino fundamental. No entanto, a taxa líquida de matrícula no ensino médio é pouco expressiva e a qualidade da educação é baixa. Segundo os autores, a melhoria da educação no Brasil depende de um aprimoramento da gestão do sistema educacional. Em particular, o país deve adotar políticas educacionais que aloquem os recursos em função dos resultados das avaliações.

O capítulo seguinte, de autoria de Fernando de Holanda Barbosa Filho, analisa a relação entre desigualdade e desenvolvimento no Brasil. Vários estudos mostram que uma desigualdade elevada pode provocar uma desaceleração de crescimento. Uma razão é que o aumento da desigualdade social pode resultar em políticas redistributivas que, se por um lado aumentam a equidade, por outro lado podem resultar em perda de eficiência. Adicionalmente, um país com desigualdade elevada pode ter conflitos sociais que afetam o seu desempenho econômico. Entre 1960 e o início dos anos noventa, a desigualdade no Brasil aumentou continuamente, apesar de seu nível inicial já elevado. Segundo o autor, isso pode ter contribuído para a desaceleração do crescimento brasileiro. A partir de meados da década de noventa, a desigualdade começou a cair, e de forma particularmente acentuada nos anos 2000.

A queda de desigualdade no período recente está associada principalmente ao aumento da renda do trabalho dos indivíduos mais pobres, associada à elevação dos anos médios de escolaridade e do salário mínimo, assim como à redução da taxa de desemprego e da informalidade. As políticas sociais, que incluem o programa Bolsa

Família, aposentadorias, pensões e transferências aos mais pobres também tiveram papel importante. No entanto, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo. Para continuar a reduzir a desigualdade, é preciso capacitar os mais pobres para que sejam incluídos de forma efetiva no mercado de trabalho, através de uma melhoria da educação e de programas de qualificação profissional.

Fabio Giambiagi aborda as transformações da previdência social brasileira nas últimas décadas, com ênfase no período que se inicia com a Constituição de 1988. O autor mostra que ocorreram avanços significativos na cobertura previdenciária nos últimos 25 anos. Atualmente, são poucos os indivíduos desprotegidos ao chegar à terceira idade, o que coloca o Brasil como um dos países com maior cobertura entre as economias emergentes. No entanto, esses avanços tiveram um custo fiscal importante. O gasto previdenciário do Brasil em proporção do PIB é similar ao percentual observado em países como a Alemanha, onde a proporção de idosos é o triplo da registrada no Brasil. Além disso, o aumento da participação de idosos na população nas próximas décadas representará um grande desafio para a sustentabilidade fiscal do sistema previdenciário.

O autor argumenta que, à medida que o Brasil foi tornando-se progressivamente um país de renda média, os desafios mais importantes a serem enfrentados foram mudando. Algumas décadas atrás, os desafios eram melhorar a distribuição de renda, diminuir o elevado percentual de extrema pobreza, reduzir a miséria no meio rural e incluir socialmente a população idosa. Atualmente, com a distribuição de renda em processo de melhora, a extrema pobreza em forte declínio, a miséria rural e de idosos muito diminuída, os desafios mudaram, e se relacionam com a necessidade de elevar a taxa de investimento, tornar-se uma economia mais competitiva e aumentar a produtividade.

O crescimento econômico de longo prazo depende do investimento, que por sua vez é financiado pela poupança. Um país que poupa pouco enfrenta dificuldades em crescer de maneira sustentada. Nesse sentido, Gabriel Leal de Barros, Silvia Matos e Samuel Pessoa analisam as causas e consequências da baixa poupança no Brasil. No Brasil, a taxa de poupança doméstica tem permanecido em torno de 17% do PIB nos